

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA		
ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
PR/2026/13990	20955/2026	Proposta à Câmara Municipal
Assunto do Processo		
Proposta à Câmara Municipal - Autorização de destaque e emissão de certidão (indeferimento definitivo) - Travessa dos Milagres, Esporões		
Unidade Administrativa		
DU - [INTERNO]		
Propósito		
Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal		
Órgão/Cargo que resolve		
Câmara Municipal de Braga		

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

À Reunião de Câmara para deliberação nos termos das condições estipuladas na informação técnica de suporte à presente decisão.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



DESPACHO

Processo: 37683/2025

Resolução com número e data apresentados na margem

Procedimento: Autorização de destaque e emissão de certidão - #G0162#

Assunto do Processo: Autorização de destaque e emissão de certidão

Presidente da Câmara Municipal de Braga.

FACTOS E FUNDAMENTOS LEGAIS

Face à informação técnica antecedente e ultrapassado o prazo para aperfeiçoamento, conclui-se que o presente pedido de destaque e emissão de certidão não reúne condições para aprovação nos termos nela indicados **pelo que se propõe o indeferimento definitivo do pedido apresentado.**

Remete-se o processo à reunião de Câmara, para análise e deliberação.

Tendo em conta a proposta de resolução PR/2026/13532 de 22 de Abril de 2026.

RESOLUÇÃO

Com base na informação técnica que antecede indefere-se definitivamente o presente pedido, procedendo-se ao seu arquivamento.

Despachos

- A 21/04/2026, Rita Joaquina Matias da Silva de Sousa Freire, na qualidade de Diretor de Departamento: "Concordo. Indefere-se a pretensão de destaque. A pretensão não reúne as condições necessárias descritas no artigo 6º do Decreto-lei n.º 555/1999 de 16 de dezembro na sua atual redação."
- A 21/04/2026, António José Zamith Soares Rosas, na qualidade de Diretor Municipal: "Subscrevo"

Município de Braga, à data da assinatura eletrónica.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



PROCESSO: 37683/2025

REGISTRO ENTRADA: 2025-E-RE-21951

REQUERENTE:

LOCAL DA OBRA: TRAVESSA DOS MILAGRES, FREGUESIA DE ESPORÕES

ASSUNTO: AUTORIZAÇÃO DE DESTAQUE E EMISSÃO DE CERTIDÃO

20/04/2026

1. PRETENSÃO E CONTROLO PRÉVIO APLICÁVEL

- 1.1. O requerente, através do requerimento registado com o n.º 2025-E-RE-20205, apresenta um pedido de autorização de destaque de parcela situada na Travessa dos Milagres, freguesia de Esporões, que incide sobre o prédio descrito na 1ª Conservatória do Registo Predial de Braga sob o n.º 355, inscrito na matriz de natureza rústica sob o artigo n.º 15.

2. ANTECEDENTES:

- 2.1. Relativamente ao local da pretensão não se identificaram antecedentes.

3. ENQUADRAMENTO:

- 3.1. Nos termos da Informação Técnica n.º 2025-27950 DE 23/10/2025 elaborada pela Divisão de Apreciação Técnica, conclui-se que o pedido não reunia condições para pronúncia favorável.
- 3.2. Através do DESPACHO 2025-11006 DE 23/10/2025, foi comunicada a intenção de indeferir o pedido de destaque, com base nos factos e fundamentos constantes da informação técnica supracitada.
- 3.3. Nos termos do n.º 3 do artigo 121.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, foi concedido o devido período de audiência prévia, com vista a permitir ao requerente completar o pedido.
- 3.4. Através dos requerimentos n.ºs 2025-E-RE-21951 e 2026-E-RE-2467, apresenta uma junção de elementos em resposta à informação técnica (DAT) comunicada através do despacho n.º 2025-11006, de 23/10/2025

4. ANÁLISE:

- 4.1. A operação urbanística propõe um fracionamento de terreno efetuado por destaque, em área classificada, na Planta de Classificação e Qualificação do Solo do Plano Diretor Municipal (PDM) como F2 - Espaço Florestal de Produção de acordo com o artigo 44.º do RPDM em vigor na sua redação atual.
- 4.2. O requerente apresenta uma planta, indicando as parcelas a destacar e sobranter. Sendo que:
- Área total da parcela – 32085,00 m²
- Parcela destacar – 1384,50 m²
- Parcela sobranter – 30700,50 m²



- 4.3. A operação de destaque incide sobre solo rústico nomeadamente área florestal, não sendo admissível por contrariar o disposto na Portaria n.º 19/2019, de 15 de janeiro, que fixa as unidades mínimas de cultura para impedir o fracionamento de prédios rústicos em parcelas inferiores à área legalmente definida, conforme os artigos 1376.º e 1379.º do Código Civil.



- 4.4. Mantêm-se os pressupostos que levaram à proposta de indeferimento, pelo que a pretensão não reúne condições para parecer favorável.

5. PROPOSTA DE DECISÃO:

- 5.1. Nos termos do n.º 3 do artigo 121.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, o órgão competente apenas pode realizar uma única audiência prévia, na qual deve ser incluída toda a matéria de facto e de direito que sustenta o sentido provável da decisão.
- 5.2. Tendo já sido concedida ao requerente a oportunidade de pronúncia ou de correção da proposta, e mantendo-se inalterados os pressupostos que fundamentam a decisão, **propõe-se o indeferimento definitivo do pedido**, nos termos do n.º 5 do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro (RJUE), bem como o consequente arquivamento do processo.
- 5.3. Remete-se o processo à reunião de Câmara, para análise e deliberação.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



PROCESSO: 37683/2025

REGISTRO ENTRADA: 2025-E-RE-21951

REQUERENTE:

LOCAL DA OBRA: TRAVESSA DOS MILAGRES, FREGUESIA DE ESPORÕES

ASSUNTO: AUTORIZAÇÃO DE DESTAQUE E EMISSÃO DE CERTIDÃO

1. PRETENSÃO E CONTROLO PRÉVIO APLICÁVEL

- 1.1. O requerente, através do requerimento registado com o n.º 2025-E-RE-20205, apresenta um pedido de autorização de destaque de parcela situada na Travessa dos Milagres, freguesia de Esporões, que incide sobre o prédio descrito na 1ª Conservatória do Registo Predial de Braga sob o n.º 355, inscrito na matriz de natureza rústica sob o artigo n.º 15.
- 1.2. Através do requerimento nº 2025-E-RE-21951, apresenta uma junção de elementos em resposta à informação técnica comunicada através do despacho nº 2025-9906.

2. ANTECEDENTES:

- 2.1. Relativamente ao local da pretensão não se identificaram antecedentes.

3. ANÁLISE DA PRETENSÃO PDM 2015:

- 3.1. Nos termos da informação técnica n.º: 2025-26173 de 07/10/2025, da Divisão de Procedimentos Urbanísticos, pedido encontra-se corretamente instruído.

- 3.2. O requerente apresenta uma planta, indicando as parcelas a destacar e sobrança. Sendo que:

Área total da parcela – 37235 m²

Parcela destacar – 1384.50 m²

Parcela sobrança – 35850,50m²

- 3.3. Apesar de, na conservatória do registo predial de Braga o prédio estar registado com uma área de 37 235 m², levantamento topográfico indica uma área do prédio de 31730 m².

De acordo com o parecer jurídico emitido sobre esta matéria:

«..., não estamos perante uma situação que possa beneficiar do regime excecional de dispensa de harmonização previsto no artigo 28.º-A do CRP, uma vez que esse preceito legal não tem aplicação quando a divergência ocorre entre elementos instrutórios de um pedido urbanístico e os dados constantes do registo predial.

Mais se acrescenta que, nos termos do artigo 9.º, n.º 1 do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE) apenas pode requerer atos de licenciamento urbanístico quem demonstre ser titular de um direito que confira legitimidade para a prática da operação requerida. A verificação formal da titularidade do prédio – designadamente quanto à área – é condição prévia para apreciação do pedido...», pelo que, não se aplicando às operações



urbanísticas a dispensa de harmonização, terá o requerente que apresentar a certidão com a área correta de acordo com o levantamento topográfico.

- 3.4. A operação urbanística propõe um fracionamento de terreno efetuado por destaque, em área classificada, na Planta de Classificação e Qualificação do Solo do Plano Diretor Municipal (PDM) como Espaços urbanos de baixa densidade — BD1 ao abrigo do artigo 78.º, do RPDM e FPT - Espaços Florestais de Proteção de acordo com a alínea c) do artigo 37.º do RPDM.
- 3.5. A operação de destaque não cumpre o disposto no n.º 4 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro (RJUE), uma vez que a parcela sobrança não confronta com via pública habilitante e infraestruturada.
- 3.6. Nos termos da alínea c) do artigo 10.º do RPDM, ambas as parcelas devem dispor de acesso por via habilitante com largura mínima de 5 m, condição que não se verifica na parcela a destacar.

4. ANÁLISE DA PRETENSÃO PDM 2025 (3ª Discussão pública):

- 4.1. O requerente apresenta uma planta, indicando as parcelas a destacar e sobrança. Sendo que:

Área total da parcela – 37235 m²

Parcela destacar – 1384.50 m²

Parcela sobrança – 35850,50m²

- 4.2. Apesar de, na conservatória do registo predial de Braga o prédio estar registado com uma área de 37 235 m2, o levantamento topográfico indica uma área do prédio de 31730 m2.

De acordo com o parecer jurídico emitido sobre esta matéria:

«..., não estamos perante uma situação que possa beneficiar do regime excecional de dispensa de harmonização previsto no artigo 28.º-A do CRP, uma vez que esse preceito legal não tem aplicação quando a divergência ocorre entre elementos instrutórios de um pedido urbanístico e os dados constantes do registo predial.

Mais se acrescenta que, nos termos do artigo 9.º, n.º 1 do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), apenas pode requerer atos de licenciamento urbanístico quem demonstre ser titular de um direito que confira legitimidade para a prática da operação requerida. A verificação formal da titularidade do prédio – designadamente quanto à área – é condição prévia para apreciação do pedido...», pelo que, não se aplicando às operações urbanísticas a dispensa de harmonização, terá o requerente que apresentar a certidão com a área correta de acordo com o levantamento topográfico.

- 4.2.1. A operação urbanística propõe um fracionamento de terreno efetuado por destaque, em área classificada, na Planta de Classificação e Qualificação do Solo do Plano Diretor Municipal (PDM) como F2 - Espaço Florestal de Produção de acordo com o artigo 44.º do RPDM em revisão.
- 4.2.2. A operação de destaque incide sobre solo rústico nomeadamente área florestal, não sendo admissível por contrariar o disposto na Portaria n.º 19/2019, de 15 de janeiro, que fixa as unidades mínimas de cultura para impedir o fracionamento de prédios rústicos em parcelas inferiores à área legalmente definida, conforme os artigos 1376.º e 1379.º do Código Civil.

5. PROPOSTA DE DECISÃO:

- 5.1. Face ao atrás exposto, propõe-se:
 - 5.1.1. Que seja comunicada ao requerente a intenção de indeferir o pedido de autorização de destaque apresentado;
 - 5.1.2. Deverá apresentar alegações, ou reformulação do pedido, no prazo de 15 dias sob pena de indeferimento e arquivamento do pedido, nos termos do Art. 121º do Código do Procedimento Administrativo.



DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE

Pese embora se encontrem suspensos os procedimentos urbanísticos com o início do período de discussão pública da proposta de revisão do Plano Diretor Municipal de Braga, publicado em Diário da República através do Aviso n.º 23709/2025/2, de 25 de setembro, em conformidade com o Artigo 145.º do RJIGT e Artigo 12.ºA do RJUE, considera-se que poderá ser levantada a suspensão do presente procedimento, pedido de autorização de destaque de parcela, uma vez que a decisão à luz dos dois planos (em vigor e em discussão pública) é desfavorável, conforme explanado no parecer jurídico emitido pela Prof.ª Doutora Fernanda Paul Oliveira, comunicado ao serviço pelo Sr. Diretor Municipal, Dr. Zamith Rosas em 06/01/2025

